

Lenin e il Novecento

Nápoles: La Città del Sole, 1997
Domenico Losurdo e Ruggero
Giacomini, organizadores

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

I

Resultado de um colóquio transcorrido em janeiro de 1994 em Urbino, Itália, *Lenin e il Novecento* é uma coletânea de 715 páginas que reúne vinte e três comunicações agrupadas em três blocos (*balanço histórico, questões teóricas e práticas, legado e perspectivas*), mas desdobrando-se em múltiplas perspectivas e ampla gama de temas. Apresentá-las e comentá-las todas, ainda que sinteticamente, seria trabalho para uma equipe, e de utilidade incerta: além de algumas contribuições descartáveis, por demasiado circunstanciais e datadas, outras interessam menos aos que, como nós, vinculam o debate em torno de Lenin à luta teórica pela re-fundação do comunismo. Entretanto, por não confundirmos o internacionalismo revolucionário com o cosmopolitismo abúlico, comentaremos não só as contribuições consagradas aos aspectos essenciais, portanto universais, da questão, como também as que dizem respeito a seus desdobramentos latino-americanos.

Quanto à posição política, podemos classificá-la em dois grupos: o primeiro reúne aqueles que vêem em Lenin a continuação do pensamento de Marx e Engels e até a resolução de seus impasses a respeito do significado e das conseqüências da expansão planetária do capitalismo; no segundo situam-se os marxólogos bem-pensantes que, para melhor se identificar com o “Ocidente”, tentam, fazendo média com a mídia, “salvar” Marx sacrificando Lenin.

Duas comunicações, “Mariategui: pensar com a própria cabeça”, de Hugo Moreno (p. 131-49) e “A influência de Lenin sobre o pensamento de Ernesto Che Guevara” de Antônio Moscato (p. 151-73) interessam particularmente o leitor latino-americano. Infelizmente, o melhor da contribuição de Moreno está no título. Ele não somente retoma os argumentos mais triviais do anti-bolchevismo, vituperando, do começo ao fim de seu texto, o Komintern, a União Soviética etc., mas também confunde com liberdade e cria-

* Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.

tividade intelectual o ecletismo mais superficial. Por exemplo, quando esclarece que Mariategui descobriu Marx junto com os escritos “de Croce, Gobetti, Sorel (para citar apenas alguns dos autores que mais o influenciaram) e não desdenhou a leitura de Nietzsche (citado na epígrafe dos *Sete ensaios*), Freud, Pirandello, D’Annunzio, Papini, Panai Istrati e muitos outros, alguns dos quais ‘malditos’, que já estavam postos no index da Internacional Comunista” (p. 136; aspas do autor). Que D’Annunzio, aventureiro profascista, Papini, pensador católico de centro-direita, e congêneres, não fossem apreciados pelos comunistas, incomoda Moreno, mas que a genealogia “reivindicada por Mariategui (...) tenha sido Marx-Sorel e não Marx-Lenin” parece-lhe uma “indispensável heresia”, a saber, considerar Sorel como o verdadeiro e grande continuador de Marx.¹ Perfeitamente identificado com o anticomunismo tenaz dos liberais de ontem e de hoje, o autor evoca “o abismo” que separaria Mariategui “de um Vittorio Codovilla”, “que representou a ortodoxia por cinquenta anos. Tal abismo é representado pela diferença entre os que procuram pensar com a própria cabeça e aqueles que, em vez disso, converteram-se em agentes da nova ortodoxia: o ‘marxismo-leninismo’...” (p. 137). Não lhe terá ocorrido que, nesta notável tipologia, ele próprio cai na categoria dos que pensam com a cabeça alheia, a da marxologia bem-comportada e do liberalismo mediático.

Outra é a inspiração do estudo de Antônio Moscato. Não trata exatamente do tema proposto, sem dúvida porque nos escritos de Ernesto Guevara as referên-

cias explícitas a Lenin não são muito numerosas. Mas são muito claras. Assim, declarou em 1961, numa entrevista com Maurice Zetlin, que “Lenin é provavelmente o dirigente que trouxe a maior contribuição para a teoria da revolução”. Dessa data em diante, especialmente ao longo do debate econômico de 1963-1964, desenvolveu “um estudo finalmente rigoroso e sistemático d’ *O Capital* e das *Obras* de Lenin”, que lhe permitiu começar “a refletir sobre a crise do ‘socialismo real’” (p. 155). Moscato enfatiza sobretudo a identidade fundamental dos princípios e critérios revolucionários de Guevara com os de Lenin, notadamente no que concerne à participação ativa das massas no poder socialista e a crítica ao burocratismo. Chama a atenção (p. 163) para o editorial “A luta contra o burocratismo: tarefa decisiva”, publicado em *Granma* em março de 1967, sem assinatura do autor (que já se encontrava no teatro de seu último combate). Guevara ali adverte que “a introdução de certos sistemas administrativos e formas de organização tomadas de empréstimo a países do campo socialista minados pela burocracia” poderá conduzir “à constituição, no seio das organizações políticas e do próprio Partido, por meio dos quadros profissionais, de uma categoria especial de cidadãos, diferente do resto da população”.

Desdobramento menos conhecido ou menos estudado da luta do grande comandante guerrilheiro contra o burocratismo e a burocracia está no impacto que exerceu no bloco soviético. Moscato evoca, a esse propósito, o depoimento do economista checoslovaco Valtr Koma-

¹ A expressão entre aspas é do próprio Mariategui, citado por Moreno (p. 137).

rek² que, num texto de 1988, constatou “termos sido suficientemente punidos” por não ouvir as advertências de Guevara “diante do perigo de crise moral da revolução, de burocratização e corrupção do poder socialista”, nem seu apelo “a desenvolver a soberania das massas” (p. 157). No mesmo sentido vão os depoimentos de alguns soviéticos que o conheceram de perto, como Anatoli Bekarievic e os diplomatas Alexander Alexeiev e Oleg Daruscenko. Este, designado para ensinar o russo a Guevara, fracassou na tarefa, em parte pela falta de tempo do discípulo, mas sobretudo porque “os papéis se inverteram e em realidade era ele o professor [...]. Interessava-lhe muito a experiência soviética e pedia-me [...] todas as publicações novas e as mais interessantes dentre as velhas [...]” (p. 157-8).

O estudo de Lenin permitiu-lhe compreender as “peculiaridades da experiência soviética, que começou a encarar não mais como lúcida aplicação de um perfeito modelo, mas como experimentação empírica, sob a pressão de poderosas forças hostis e num país atrasado [...]”. Polemizando com os que reproduziam mecanicamente o modelo da URSS, Guevara afirmou que “a União Soviética não é um exemplo típico de um país capitalista desenvolvido que passa ao socialismo. O sistema, tal como o herdaram os soviéticos, não era desenvol-

vido”. Quanto ao que eles construíram, havia muito o que não imitar. “Os diretores de fábricas são técnicos tanto em produzir quanto em enganar o aparelho central”, disse numa reunião do Ministério da Indústria (21 de dezembro de 1963). Por isso, empenhou-se em substituir a contabilidade socialista de inspiração soviética (em que os estímulos materiais para os diretores geravam desigualdade e encorajavam a falsificação sistemática dos dados reais) por um novo sistema de “cálculo de balanço”. Criticado por recorrer a “técnicas capitalistas”, respondeu que, com efeito, “são muitas as analogias com o sistema de cálculo dos monopólios,³ mas ninguém pode negar que os monopólios têm um sistema de controle muito eficiente [...] e técnicas de determinação de custos muito rigorosas” (p. 167).

II

O texto politicamente mais pretensioso e teoricamente mais duvidoso dentre os que se esforçam por tornar Marx palatável ao gosto gelatinoso da marxologia bem-comportada é “*Estado e revolução* de Lenin e a face oculta do pensamento político marx-engelsiano” de Jacques Texier (p. 315-93). A expressão “face oculta” (‘faccia nascosta’) é dirigida contra Lenin, que foi, segundo o autor, o grande responsável pelo ocultamento da possi-

² Como lembra Moscato, Komarek foi nomeado ministro da economia após o colapso do “sores”, mas demitiu-se ao constatar a selvageria das privatizações do governo de Vaclav Havel, responsável pela “venda do país ao capitalismo ocidental” (p. 157, nota 5).

³ A tal ponto o “pensamento único” neoliberal infeccionou as idéias, mesmo as não-dominantes, que quando se fala hoje em “monopólios”, a grande maioria pensa logo nos de Estado. Guevara está usando o termo no sentido leninista (de resto não inventado por Lenin): a concentração da produção e a fusão do capital bancário com o industrial permitem aos grandes trustes e cartéis controlar monopolisticamente a produção em ramos inteiros da economia.

bilidade da via pacífica para o socialismo. Texier começa remetendo “às etapas precedentes” de sua própria pesquisa “sobre as relações democracia/revolução na obra de Marx e de Engels”. Há maneiras mais modestas de abrir um debate, mas o título já anunciava revelações importantes. Para acalmar a expectativa do leitor, apresenta imediatamente a mais sensacional: “descobri que o pensamento político de Marx e de Engels comporta, ao longo da vida deles, uma clivagem fundamental: trata-se da distinção entre o ‘continente’ (...), no qual a revolução violenta é necessária pelo fato de que existe um aparelho burocrático civil e militar opressivo, e a Inglaterra (...) onde se pode entrever uma passagem legal e pacífica ao socialismo na medida em que foram lá criadas instituições democráticas” (p. 315).

Não descobriu nada. Apenas arrombou, na calada da noite, uma porta aberta. É exatamente, com efeito, em *O Estado e a Revolução* que Lenin, chamando a atenção para três pontos notáveis da carta de Marx a Kugelmann datada de 12 de abril de 1871, aponta para sua ressalva de que no *continente europeu* a revolução teria de ser violenta.⁴ Não lhe escapou o significado dessa limitação geográfico-histórica. Aceitável em 1871,

“quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e numa larga medida, sem burocracia”, onde portanto “a revolução e mesmo a revolução popular parecia possível e o era, com efeito, *sem* (grifado pelo próprio Lenin) destruição prévia da máquina do Estado”, a restrição ao “continente” da exigência de quebrar com uma revolução violenta a máquina do Estado, não era mais válida “hoje” (em 1917), “época da primeira grande guerra imperialista”, em que a “Inglaterra, como a América, maiores e últimos representantes da ‘liberdade’ anglo-saxônica no mundo inteiro (ausência de militarismo e de burocratismo) se atolaram completamente no pântano europeu, lamacento e sangrento, das instituições militares e burocráticas”.⁵

Os plagiários, via de regra, são discretos. Texier, entretanto, que não ignora, evidentemente, passagem tão notável de um livro que comenta com profusa prolixidade, não se contenta de pilhar o texto de Lenin, omitindo e ocultando que sua “descoberta” da possibilidade da via pacífica na Inglaterra está exposta com todas as letras e até sublinhada, como vimos, em *O Estado e a Revolução*.⁶ Acusa-o, nem mais nem menos, de “simplificar e deformar a tal ponto (a ponto,

⁴ As duas outras são: (a) a referência do próprio Marx à tese que defendera vinte anos antes no último capítulo d' *O 18 Brumário*, ressaltando que a próxima tentativa de revolução na França deverá consistir não mais em transferir para outras mãos a máquina burocrática e militar mas em romper, ou quebrar (“zerbrechen”) o aparelho burguês de dominação de classe; (b) esta é a “condição primeira de toda revolução popular real”. Cf. *Oeuvres*, Paris-Moscou, tomo 25, 1970, p. 448-9.

⁵ Lenin, *ib.*, p. 449.

⁶ Tão severo em relação às “omissões” e “ocultamentos” cometidos, segundo ele, por Lenin, não refere essa passagem nem em seu texto nem nas 58 notas que o acompanham, muitas das quais citam e analisam minuciosamente *outras* passagens do texto de Lenin (as que convêm mais a sua duvidosa tese, claro).

notadamente, de “martirizar gravemente” a “tese inteiramente nova segundo a qual a república democrática não burocratizada⁷ é a forma específica da ditadura do proletariado”) o pensamento efetivo de Marx e de Engels” (p. 329). Já diremos quanto vale a opinião de Texier sobre o “pensamento efetivo” de Marx. Quanto ao de Engels, ele se baseia num texto de 1891, a conhecida *Crítica ao projeto de programa de Erfurt*, em que vem formulada a tese supracitada, importante sem dúvida, mas nem “inteiramente nova”, nem, muito menos, “deformada” por Lenin. Com efeito, criticando os chefes oportunistas do partido social-democrata, que pretendiam reconhecer a legitimidade política do Reich imperial, Engels afirma que “nosso partido e a classe operária só podem chegar ao poder sob a forma de uma república democrática”. E acrescenta que esta é “mesmo (*sogar*) a forma específica para a ditadura do proletariado (*für die Diktatur des Proletariats*), como já o mostrou a grande Revolução Francesa”.⁸ Lenin entende que a república democrática é a forma de transição mais adequada *para a conquista do poder* pelo proletariado (e não que ela é (ou pode ser) a ditadura do proletariado. O texto de Engels, que referimos no original, diz “für die Diktatur des Proletariats”. A preposição “für” traduz-se por “para”, encerrando portanto idéia de transição. Pode-se discutir se, ainda assim, como pretende Texier, Engels entendeu identificar república democrática a ditadura

do proletariado. Mas é simplesmente grotesco atacar aleivosamente Lenin apenas porque interpreta (corretamente) “für” como “para” e não como “de”.

Além dessa truculência hermenêutica, Texier omite, talvez intencionalmente (já que não prima pela preocupação em expor o que contraria sua interpretação), a última oração, em que Engels evoca “a grande Revolução Francesa” (de 1871), primeiro exemplo histórico da ditadura do proletariado. Ora, exatamente na conclusão de outro texto de 1891, em que presta homenagem aos vinte anos da Comuna, Engels dá literalmente razão à interpretação de Lenin: “(...) o Estado nada mais é do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra e isso, bem entendido, não menos numa república democrática (nós grifamos) do que na monarquia...”. Que a Comuna tenha esboçado uma forma do poder político do proletariado e que essa forma tenha sido republicana e democrática é incontestável. Mas ela apenas se esboçou, numa cidade sitiada, e num curtíssimo período histórico. Confundir a questão da república democrática nessa situação excepcional, em que os operários tomaram o poder e o exerceram, ainda que precariamente, com a luta pela *conquista* da república democrática na Alemanha de 1891, em que o Kaiser exercia poder semiditatorial (onde, portanto, derrubar o Reich imperial e instaurar um regime democrático constituiria a forma política *para* a dita-

⁷ A expressão “não burocratizada” é um livre acréscimo de Texier, mas não contraria o pensamento de Engels.

⁸ Cf. Engels, F. *Zur Kritik des sozialdemokratischen Programmentwurfs 1891*. In: Marx, Engels. *Ausgewählte Werke*. VI. Berlin, Dietz Verlag, 1978. p. 374.

dura do proletariado) e invectivá-lo Lenin por não ter caído nessa confusão, tal é o “método” da marxologia oportunista do século XIX como do século XX. Engels, que conhecia bem a de seu tempo, encerra o texto com uma peroração dirigida aos precursores de Texier, mas cabendo-lhe como uma luva: “o filisteu social-democrata entra uma vez mais num terror sagrado diante da expressão ditadura do proletariado”.⁹

Quanto a Marx, é fácil ver quem “martiriza-lhe” o pensamento. Confessando desconhecer boa parte das “etapas precedentes” do pensamento de Texier, não sabemos se também “descobriu” a passagem d’ *O 18 Brumário* (capítulo 1) em que Marx contrapõe “os países de velha civilização (altzivilisierten Ländern) com uma estrutura de classe muito desenvolvida e condições modernas de produção, nos quais a República constitui em geral somente (nur) a forma de transformação política da sociedade burguesa (die politische Umwälzungsform der bürgerlich Gesellschaft) e não sua forma conservadora de existência (konservative Lebensform)”, aos Estados Unidos, “onde as classes já constituídas, mas ainda não tendo se fixado, em vez disso trocam e substituem constantemente seus elementos constitutivos, onde os meios de produção modernos, em vez de corresponder a uma superpopulação estagnante, antes compensam a falta relativa de cabeças e de braços e onde, enfim, o movimento jovem e febril da produção material, que tem um mundo

novo para conquistar, não teve nem tempo nem ocasião para destruir o velho mundo espiritual”.¹⁰

Abre-se com esta observação uma perspectiva teórica muito diferente da “clivagem” e, pelo menos, tão importante quanto esta. Antes de saber, com efeito, se a revolução será ou não pacífica, é interessante investigar em que condições *poderá haver revolução*. Nos Estados Unidos, nos diz Marx, a forma republicana, suas liberdades, reforçam a ordem estabelecida, exatamente porque as relações capitalistas de produção têm um mundo a conquistar, ao passo que no Velho Mundo (Inglaterra incluída, aparentemente, mas de qualquer modo na Inglaterra não há república, há monarquia parlamentar) a república tende a ser social, isto é, a funcionar como forma de transformação da ordem estabelecida, porque esta generaliza a proletarização e o desemprego. Ora, o que mais chama a atenção na longa digressão de Texier sobre *O Estado e a Revolução* é o desinteresse pela *condições de possibilidade da revolução* (e não apenas da “forma pacífica” pela via democrático-parlamentar), portanto pelo *combate revolucionário*. Se algum interesse tivesse, não teria se contentado em vincular a ausência de burocratismo à possibilidade da revolução pacífica, sem se interessar pelas causas da *ausência* de revolução nas “pacíficas” sociedades do Velho Mundo. Atitude diametralmente oposta à de Marx, que ao contrário dos marxólogos anoréticos, quando não francamente a serviço do patronato,

⁹ Engels, F. Introdução de 1891. *A guerra civil na França*. Paris, Éditions Sociales, 1945. p. 19.

¹⁰ Marx & Engels. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Ausgewählte Werke*. II. Berlin, Dietz Verlag, 1978. p. 317. Mantivemos em itálico as passagens que assim se encontram no original.

nunca se esquecia de que a prioridade era romper a máquina de dominação do capital, era mobilizar a classe operária para pôr fim à barbárie do capital.

Vinte anos mais tarde, coerente com esta análise, Marx declarou enfaticamente na segunda versão do célebre *A guerra civil na França*, redigida em abril-maio de 1871, após o massacre da Comuna de Paris, que a república, exatamente por ser forma política da transformação social, tornava-se incompatível com a dominação burguesa, que exigia o “império”, isto é, a ditadura militar de Napoleão III (e, por extensão, a forma ditatorial-militarista e policialesca do Estado capitalista). Reitera a restrição da violência ao “continente”, expressa na carta a Kugelmann, mas aplica-a aqui à contra-revolução burguesa: o “império” constituía e constituiria “o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, *pelo menos no continente europeu*”¹¹(...), distinguindo-se “das formas políticas da sociedade burguesa” que o precederam historicamente (da monarquia absolutista à república parlamentar) por ser não somente “sua forma mais prostituída, mais acabada”, mas também “a última”.¹² Portanto em dois textos importantes escritos “em cima” dos acontecimentos e tirando-lhes as conclusões políticas, Marx refere-se à diferença entre a luta de classes no continente e na ilha britânica não para enfatizar, como sugere o desenvolvimento oportunismo de Texier, a “via pacífica”, mas, exatamente ao contrário, para

prever o caráter imperial do “poder de Estado da dominação de classe na época moderna”.

O acerto dessa previsão concretizou-se não só no fascismo e no nazismo, mas também no “império” num sentido diferente, ainda que não incompatível com aquele utilizado por Marx, a saber o que foi teorizado por Lenin a partir de Hobson e Hilferding: imperialismo, partilha do mundo pelos trustes e cartéis, transferência para os continentes colonizados dos aspectos mais opressivos da exploração capitalista, duas guerras mundiais, invenção e uso da arma nuclear etc. Mas ela só se confirmou parcialmente. Ao longo da segunda metade do século XX, a democracia liberal, mais exatamente, o liberalismo de conteúdo democrático, economicamente confortado pela pilhagem e exploração imperialista e preocupadíssimo em combater politicamente o poderio soviético, então caminhando para o auge, mostrou-se, em graus variáveis, permeável a múltiplas conquistas trabalhistas e democráticas do movimento operário e sindical. O avanço planetário do comunismo aconselhava aos agentes do capital aceitar reformas para evitar revoluções. A Inglaterra, no imediato pós-guerra, conheceu seu governo mais progressista desde Oliver Cromwell, o do trabalhista Clement Attlee. Nos países da Europa continental que iniciavam, sob tutela estadunidense, a construção do “mercado comum”, a burguesia se compôs com a social-democracia, aceitando reformas

¹¹ Grifo nosso.

¹² Retomamos aqui argumento desenvolvido em “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: *História do marxismo no Brasil*. v. II. Campinas, Editora da Unicamp, 1995. p. 52 e 95. Citamos a partir da edição francesa de *La guerre civile en France*. Paris, Éditions Sociales, 1968. p. 273.

avançadas como alternativa à revolução social. Durante mais de trinta anos, o complexo dos direitos trabalhistas incorporados às sociedades burguesas tornou credível o “capitalismo de bem-estar”. Marx, sem dúvida, errou ao excluir essa possibilidade histórica. Mas o erro, certamente provocado pelo forte impacto emocional do massacre da Comuna, consistiu em enfatizar unilateralmente o pólo fascista (=imperial) do poder de Estado burguês. A Europa do ano 2000, atrelada ao furor bélico estadunidense pela máquina de guerra da OTAN, infectada pelo vírus purulento do neonazismo, politicamente desmoralizada pelos governos social-imperialistas de “centro-esquerda”, isto é, de neoliberalismo moderado, volta a dar razão às previsões pessimistas de 1871.

III

A redução mesquinha da obra ímpar de Lenin a uma apologia da “via violenta” ou coisa pior também se manifesta na identificação da “democracia” ao “Ocidente” imperial-capitalista e no contrapor a “revolução” pacífica (que não ocorreu em parte alguma, mesmo porque, quando poderia ter ocorrido, como

no Chile de Salvador Allende, os liberais apelaram para o golpe e para o terrorismo de Estado) ao “totalitarismo” bolchevista.¹³ O século XX, mais ainda do que o XIX, mostrou que a não-revolução, isto é, a “pacífica” colaboração de classes no plano interno, gerou a guerra. Os social-traidores da II Internacional, foram co-responsáveis, no movimento operário e na esquerda, pela horrível carnificina de 1914-1918. Se os dirigentes alemães, franceses, ingleses, italianos etc. da social-democracia não tivessem capitulado diante de suas burguesias respectivas, traído solenes compromissos de jamais permitir que os trabalhadores se convertessem em carne de canhão na disputa dos países imperialistas pelo controle do mercado mundial, talvez teria sido possível, pela conquista e consolidação da república democrática nos principais países europeus, abrir caminho para a república social, forma política da ditadura do proletariado.

Desde 1945, nas metrópoles imperiais, não houve nem revolução nem guerra. Os imperialistas, tanto os bulldozes do Pentágono, quanto seus aliados europeus,¹⁴ guerrearam longe de suas

¹³ Reforçando a militância antileninista na marxologia brasileira, Ruy Fausto, num artigo recente em que apresenta o pensador Claude Lefort “sem exagero” como “um dos heróis do pensamento socialista do século XX”, refere aprobativamente que ele faz “remontar as origens do totalitarismo comunista ao partido de estilo radicalmente novo fundado por Lenin”. (Cf. O comunismo difícil. *Folha de S. Paulo*, 10 abr. 1999) *Jornal de Resenhas*, p. 5. Qualquer estafeta do Departamento de Estado do império estadunidense seria capaz de fazer a mesma descoberta. Não se deve baratear o heroísmo. Ele é muito difícil, exige abnegação, generosidade e coragem num grau eminente. A principal constante política de C. Lefort é o anticomunismo. Ele e seu parceiro C. Castoriadis tiveram a indecência, nos anos 1980, de atacar a revolução sandinista quando esta estava sendo atacada também pelos “contra”. Afinal, de que lado estão estes pensadores? O herói dos “contra” é Rambo.

¹⁴ A França, em especial, ofereceu notável exemplo do conúbio entre “paz interna” e guerra colonial. Cerca de um milhão de argelinos foram massacrados na luta pela independência. Em nossos dias, Jospin e D’Alema ilustraram-se na ala esquerda do imperialismo como sócios do massacre balístico da Sérvia pela OTAN.

fronteiras. (O massacre balístico da Sérvia em 1999 rompeu essa paz de meio século, desapontando os ingênuos que se deslumbraram com a “globalization”.) O que os partidários da “via pacífica” para o “socialismo” não vêem, e quando vêem, não encaram, é que a paz social nas metrópoles imperiais é paga com o sangue dos povos oprimidos. São herdeiros espirituais da velha cumplicidade da II Internacional com o colonialismo.

O tom predominante de *Lenin e il Novecento* não é, entretanto, o da marxologia politicamente abúlica e ideologicamente capitulacionista. O legado teórico de Lenin sobre temas decisivos, como a paz e a guerra, o Estado e a revolução, o imperialismo e o colonialismo, é exposto e discutido com originalidade e profundidade em vários estudos da coletânea. Em particular, seu combate e de um punhado de outros dirigentes socialistas que não se esconderam debaixo do tapete ao toque de caixa do belicismo (nunca é demais homenagear o dirigente francês Jean Jaurès, assassinado por um militarista de extrema-direita por ter-se recusado a uivar com os lobos ao som do canhão), é devidamente ressaltado nas comunicações que examinamos a seguir.

Em estilo conciso e minuciosamente analítico, G. Labica comparece na coletânea com “Lenin, o Estado, a ditadura e a democracia” (p. 221-40), um texto originalmente publicado em francês (1977), em que reconstrói o trabalho teórico desenvolvido por Lenin (tanto as leituras quanto os textos preparatórios) entre 1914 e 1917 na perspectiva da elaboração de *O Estado e a Revolução*. Um dos períodos “mais fecundos de sua existência no que concerne à atividade revo-

lucionária”, tanto na luta política (conferências antiguerra de Zimmerwald e de Kienthal) quanto na teórica (teses sobre o direito das nações à autodeterminação, sobre o socialismo, sobre a falência da II Internacional, sobre o imperialismo, estágio supremo do capitalismo).

Na mesma direção temática que Labica, mas com maior fôlego teórico, Luigi Cortese examina a formulação do “problema do Estado” (p. 241-311) a partir de 1914. A data se justifica “não tanto pelo fato objetivo de a guerra ter estourado, quanto pela série de contragolpes que esse fato provocou no pensamento de Lenin, fortificando elementos já presentes nele, como também (...) encaminhando-o para direções novas. Até 1914 (...) a lógica da transição para o socialismo estava incluída na própria lógica do desenvolvimento capitalista, que em certo sentido a garantia, e a revolução socialista eclodiria da plenitude daquele desenvolvimento”; com o desencadeamento da guerra, Lenin, que até então via o curso histórico provável da revolução proletária com otimismo não menor do que o do restante da II Internacional, compreende que aquela lógica tinha sido rompida “porque a plenitude do desenvolvimento capitalista coincidia com uma crise que estava ameaçando a essência mesma da civilização moderna” (p. 244).

Cortese confirma quão radicais e decisivos foram os efeitos, sobre o pensamento de Lenin, dessa brusca e catastrófica mudança do curso da história, referindo um texto escrito em fins de 1913, *Observações críticas sobre a questão nacional*, em que ainda assume a antevisão otimista da II Internacional, enfatizando “a tendência histórica universal¹⁵

do capitalismo à destruição das barreiras nacionais, a *assimilar* as nações, uma tendência que se torna de década em década mais vigorosa e constitui um dos fatores principais para a transformação do capitalismo em socialismo”. Acrescenta: “O marxismo substitui a cada nacionalismo o internacionalismo, a fusão de todas as nações numa unidade superior, que se desenvolve sob nossos olhos, com cada novo quilômetro de ferrovia, com cada novo *trust* internacional, com cada nova associação operária”.

A erupção da guerra entre as grandes potências européias reduziu a lava e a magma ensangüentados aquelas exaltantes esperanças. Para reconstruí-las, cumpria discernir, em plena carnificina, as linhas de ação que permitiriam travar a guerra contra a guerra, isto é, a guerra de classes contra a guerra imperialista. A estatura histórica e intelectual de Lenin assume toda sua grandeza ao enfrentar vitoriosamente essas gigantescas tarefas históricas. Reconstituindo cada momento e cada nexos da refundação teórica e programática do marxismo revolucionário empreendida por ele entre 1914 e 1917, Cortese oferece um estudo indispensável aos que hoje se empenham na refundação do comunismo.

IV

Não é regra obrigatória que entre os melhores textos de uma coletânea estejam os de seus organizadores. Mas é certamente o que ocorre em *Lenin e il Novecento*, que se abre com “Civilização, barbárie e história mundial: relendo Lenin” (p. 11-78) de Domenico Losurdo

e se encerra com “Lenin e o pacifismo contemporâneo” (p. 669-715), de Ruggero Giacomini. Ao lado do texto já comentado de L. Cortese, essas duas comunicações reúnem muitos e notáveis méritos políticos, históricos e analíticos. Losurdo diseca as raízes e as manifestações mais características da longa cumplicidade da social-democracia com o colonialismo. Giacomini restabelece a verdade mitificada pela grosseira caricatura de Texier: longe de cultivar a violência pela violência, Lenin, num século que seria marcado “por duas guerras mundiais, revoluções, guerras coloniais e anticoloniais e, a partir de Hiroshima, pela perspectiva da guerra nuclear”, “fez avançar robustamente a crítica da guerra, advertindo para os riscos destrutivos que trazia consigo o desenvolvimento tecnológico aplicado aos armamentos...” (p. 672-3).

É no terceiro tópico de seu estudo que Losurdo enfrenta um tema embaraçoso para todos os marxistas, mas nem por isso menos importante: “capitalismo e exportação da civilização”. Se a expansão do capitalismo corresponde à lógica, portanto à razão do processo histórico, o imenso sofrimento dos povos coloniais violentados pelo que hoje os estadunidenses e seus coadjuvantes chamam de “globalization”, constitui remédio amarríssimo, mas inevitável. Mas há mesmo “razão” na história? O *Manifesto comunista* não apenas reconhece a inexorável tendência das relações capitalistas de produção a expandir-se por todo o planeta, como também a apresenta como um sofrimento necessário infligido aos povos coloniais pelas burguesias domi-

¹⁵ O termo “universal” está omitido na citação de Cortese (p. 244, nota1). Mera distração, porque reforça seu argumento. (Cf. Lenin, *Oeuvres*, Paris-Moscou, tomo 20, 1959. p. 21.)

nadoras, que “arrastam para a civilização todas as nações, inclusive as mais bárbaras”. Nos artigos sobre a Índia, Marx declara que ela “não pode fugir ao destino de ser conquistada” e, perguntando se “a humanidade pode cumprir seu destino sem uma profunda revolução social na Ásia”, responde que os conquistadores ingleses levaram adiante na Índia “a mais grandiosa e, na verdade, a única *revolução social* que a Ásia conheceu” (p. 26). Engels refere-se em termos líricos ao “valor dos voluntários americanos”, graças aos quais “a esplêndida Califórnia foi arrancada dos mexicanos indolentes, que não sabiam o que fazer dela” (p. 26-7).

“A visão que aí emerge da relação entre metrópole capitalista e periferia ou ainda entre Europa e colônias não é muito diversa daquela própria à tradição liberal”, constata Losurdo (p. 27). Como não estar de acordo com ele? Entretanto, nota ainda, Marx, mais do que Engels, reconheceu o lado perverso da exploração colonial e, por isso, marcou mais claramente a duplicidade do significado da expansão planetária do capitalismo. Mas não chegou a elucidar radicalmente a contradição entre progresso e devastação. Concedeu, já no final da vida, na famosa carta a Vera Zasulich, que seria melhor para os camponeses russos evitar os horrores da dissolução capitalista da comuna agrária, reconhecendo que esta poderia tornar-se “a base da regeneração da Rússia”. Mas permaneceu confiante (com razão, em sua perspectiva histórica) em que a emancipação da humanidade proviria fundamentalmente da emancipação do proletariado nos países capitalistas avançados.

Losurdo mostra, em três tópicos su-

cessivos (“Duas leituras contrapostas de Marx: Lenin e Bernstein”; “Crítica do eurocentrismo e ruptura da visão unilinear da história” e “Dialética objetiva e estereótipos nacionais: Lenin e Schumpeter”) a que ponto cabe indiscutivelmente a Lenin o mérito de ter tirado as conseqüências teóricas e políticas da vertente crítica de Marx, desmascarando e condenando sem ambigüidade a opressão colonial. Mais do que interpretar Marx, cortou o nó da ambigüidade “civilizatória” do capital. O capitalismo colonial é barbárie, o eurocentrismo é a anticâmara do racismo. Numa situação histórica marcada, como a nossa, pela capitulação da grande maioria dos partidos de esquerda europeus diante do imperialismo e do belicismo, Lenin retomou a inspiração revolucionária do marxismo, libertando-o da pesada hipoteca que lhe impusera o oportunismo da II Internacional.

Ruggero Giacomini lembra na primeira página de “Lenin e o pacifismo contemporâneo”, com exemplo histórico recente, de onde vem o perigo para a humanidade, se dos leninistas ou dos antileninistas: “No dia seguinte ao bombardeio e assalto do Parlamento ordenados por Ieltsin em Moscou, o ministro russo da Defesa, Graciov, anunciou a mudança da doutrina e da estratégia das forças armadas e a retomada do ‘direito’ (...) a ‘usar em primeiro’ a arma nuclear (...) Não se trata (...) somente da anulação de um solene compromisso da era brejneviana”, mas de uma “ruptura com o passado”, com a tradição soviética, que remontava ao grande dirigente da revolução de outubro 1917. A seqüência da comunicação mostra, com efeito, em perspectiva distinta mas convergente com a de Luigi Cortese, quão central foi

para ele a questão da luta contra a guerra. A monstruosa conflagração que precipitou a Europa, na segunda década do século XX, num charco sangrento em que chafurdaram milhões de cadáveres putrefatos, marcou-lhe decisivamente o pensamento e a ação. Até as vésperas da enfermidade cerebral que lhe seria fatal, militou firmemente pela causa da paz. Em novembro 1922, em mensagem enviada ao movimento de ex-combatentes reunido em torno do grupo "Clarté",¹⁶ ele encoraja "em termos inabituais e não simplesmente protocolares" o movimento dirigido por Henri Barbusse: "Vale a pena dedicar a própria vida à luta contra esta guerra". No mês seguinte, numa de suas últimas intervenções importantes, chama a atenção para as dificuldades intrínsecas do debate sobre a guerra. É preciso perder a ilusão de que se trata de questão "simples, clara e relativamente fácil". "Há toda uma série de declarações de nossos deputados comunistas (...) que contêm idéias monstruosamente errôneas e de uma incrível superficialidade a esse respeito"(p. 673-4). Para examinar essa questão complexa com o necessário rigor, Giacomini sintetiza a posição de Lenin relativamente às guerras (a) coloniais, (b) imperialistas, (c) entre povos, (d) civis, isto é, de classe, (e) de libertação nacional e (f) de defesa de um país revolucionário atacado por um país contra-revolucionário. Condena sem restrições os dois primeiros e critica o terceiro tipo de guerra. Ao con-

¹⁶ Lenin, *Obras*, op. cit., vol. 33, p. 399.

¹⁷ Visitando Israel em fevereiro de 2000, o mesmo Jospin qualificou os patriotas do movimento guerrilheiro Hezbollah de "terroristas". A bestial destruição do Líbano pelos covardes bombardeios israelenses deve fazer parte, no pensamento desse sicofanta "de esquerda", das guerras "civilizatórias".

trário, apóia os três outros tipos de guerra, que para ele, são guerras contra a guerra.

Por mais díspares que sejam as comunicações de *Lenin e il Novecento*, numa questão, para nós essencial, estão todas, implicitamente ao menos, de acordo: a atitude diante do legado político-teórico de Lenin constitui o grande divisor de águas entre a marxologia acadêmico-mediática, de um lado, e o combate revolucionário, de outro. O neoliberalismo e a social-democracia, isto é, as duas principais tendências políticas do liberal-imperialismo, justificaram e continuam justificando a guerra e o colonialismo, que voltaram a prosperar, com inaudito descaramento (os massacres humanitários da OTAN, de que participaram, a reboque da social-democracia, comunistas franceses e italianos, além dos "verdes" cor de dólar), na situação internacional instaurada pelo colapso do bloco soviético. Foi com efeito o chefe de um partido e de um governo de esquerda, o social-democrata Alain Jospin, que pronunciou, para justificar a destruição da Sérvia num dilúvio de mísseis, a fórmula que já tem lugar garantido nos anais da abjeção política: "Estamos travando um combate pela civilização".¹⁷ Uma "civilização" para a qual o critério supremo da verdade é o índice Dow Jones e cujo argumento mais persuasivo são os mísseis da OTAN. Se há determinação recíproca entre meios e fins, isto é, se o fim não é indiferente aos

meios empregados para atingi-lo, pre-
tender suprimir a barbárie alheia com
métodos ainda mais bárbaros é travestir-
se de civilizado. Notemos enfim, no
mesmo sentido, que ao invocar a estag-
nação burocrática e o colapso da URSS
como argumento para rejeitar a obra e o

legado de Lenin, os marxólogos ano-
réticos e outros oportunistas da desilu-
são se esquecem de que, em larga medi-
da, as deformações e degenerescências
que provocaram aquele colapso decor-
reram do fracasso da revolução socialis-
ta na Europa desenvolvida.

MORAES, João Quartim de. Lenin e il novecento. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.133-145.

Palavras-chave: Lenin; Comunismo; História.